SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/06/2015 - Sinttel - ES

Placar/PPR 2015 da Oi é aprovado pelos trabalhadores no ES

Unificação nacional do programa e o fim do Delta Eva são pontos considerados positivos pela categoria na negociação deste ano.

Por ampla maioria, trabalhadores das unidades da Oi de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, aprovaram o Placar 2015, nome dado ao PPR – Programa de Participação nos Resultados na empresa. O Sinttel/ES realizou assembleias na quarta (24), quinta (25), e na sexta-feira, 26. Além de conseguir manter as bases gerais do programa, a Comissão de Negociação da Fenattel e os sindicatos conseguiram a unificação nacional do Placar 2015.

Desta forma, os trabalhadores receberão o mesmo prêmio e não mais terão o Delta Eva nos indicadores, que era sempre uma surpresa desagradável no final do ano. O Placar terá 5 indicadores unificados nacionalmente e demais pontos do ano passado (como elegibilidade, data de pagamento, etc…). Na avaliação da categoria, a comissão de negociação da Fenattel conseguiu avançar em pontos cruciais , resultando portanto na aprovação da proposta.

A empresa definiu os pesos de alguns indicadores: Dívida Bruta/EBITDA (30%), OPEX (30%) Receita Faturada/UGR Média (15%), Ebitda/CAPEX (15%) Reclamações Anatel (10%). O Target é 3 salários, quando atinge a nota 10, podendo alcançar 4, se forem alcançadas ultrapassados os objetivos do limite superior das metas.

Prêmio. O Placar 2015 terá apenas indicadores nacionais para o pagamento do prêmio. A eliminação dos indicadores regionais é uma conquista, pois eles permitiam pagamentos diferenciados, ou seja, em algumas regiões os trabalhadores recebiam 3,2 salários, enquanto em outros Estados 2,2 salários.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/06/2015 - Telesíntese

TV paga perde mais clientes em maio. Só grupo Telefônica tem aumento de base

Conforme a agência, o Brasil fechou maio com 19,719 milhões de assinantes, contra 19,761 milhões de abril. Este é o quarto mês da história do serviço em que a base encolhe de um mês para o outro.

A Anatel divulgou a base de clientes de TV por assinatura no mês de maio. E, a exemplo do que ocorreu em abril, houve, mais uma vez uma queda no número total de clientes em relação ao mês imediatamente anterior. Conforme a agência, o Brasil fechou maio com 19,719 milhões de assinantes do serviço, contra 19,761 milhões de abril. Este é o quarto mês da história do serviço em que a base encolhe de um mês para o outro.

As perdas líquidas de clientes ainda são pequenas, mas estão aumentando. Foram 42,5 mil usuários em um mês, mas diferentemente do mês de abril, quando apenas três grupos econômicos registram diminuição de base, em maio, as únicas operadoras que apresentaram aumento de clientes foram a Telefônica e GVT, que integram agora o mesmo grupo econômico. As outras perderam pouco, mas perderam.

Conforme os números divulgados, a Telefônica passou de 798 mil clientes para 807 mil assinates e o grupo Vivendi (GVT), de 958 mil para 979 mil. As líderes de mercado – grupo América Móvil e Sky (comprada pela AT&T) lideram com muita folga o mercado, mesmo perdendo alguns clientes. O líder, Claro Embratel e Net – grupo Claro, hoje – possui 10,198 milhões de clientes (perdeu 25 mil assinantes) e a Sky/DirectTV, 5,698 milhões de assinantes.

A base da Oi caiu de 1,207 milhão para 1,191 milhão de clientes. A tecnologia DTH, via satélite, continua a ser a majoritária, com 60,33% dos contratos. E a de fibra óptica cresceu um pouco, mas só representa 0,62% dos contratos.

26/06/2015 - Telesíntese

Oi e Telemar alteram o conselho de administração

Na Telefônica também houve mudança e empresa convoca assembleia geral para meados de julho.

A Oi e a Telemar Participações divulgaram ao mercado alterações em seus conselhos de administração. Shakhaf Wine, que ocupava o cargo de membro efetivo do conselho em ambas as empresas, renunciou aos cargos. Em seu lugar foram nomeado Luis Maria Viana Palha da Silva, na Oi, e Rafael Luiz Mora Funes, na Telemar. Wine passou a ser o suplente de ambos. As mudanças aconteceram no último dia 17 de junho.

Além disso, na Telemar, a conselheira Tatiana Boavista Barros Heil, suplente de Fernando Marques dos Santos, renunciou. Joaquim Dias de Castro assumiu o posto em seu lugar. Na Oi, Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres deixou o cargo de suplente de Wine, passando a ser suplente de Rafael Funes com a saída de João Manuel de Melo Franco do cargo. Laura Bedeschi Rego de Mattos também deixou a suplência de Fernando Marques dos Santos, que foi assumida por Joaquim Dias de Castro.

Telefônica

Na Telefônica também houve movimentação. A companhia registrou a saída de Clovis Azeredo Travassos Filho do cargo de suplente do conselho fiscal da companhia, ontem, 25. Por isso, será realizada uma eleição do novo integrante. A escolha acontece no próximo 16 de julho, em assembleia geral de acionistas. Os controladores indicaram a advogada Fabiane Reschke, diretora-chefe do gabinete da presidência da companhia, para a posição.

26/06/2015 - Telesíntese

Anatel aplicou R$ 4,67 bilhões de multas e só arrecadou R$ 800 milhões em 10 anos

A Anatel divulgou hoje para seu Conselho Consultivo o balanço das atividades no ano de 2014. Em relação às multas, houve uma diminuição no número de processo abertos para apurar irregularidades, os conhecidos Pados, e aumento o número de processo encerrados (devido aos TACs).

Conforme a agência, o número de Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) instaurados caiu 22,5% em relação ao exercício anterior, O número de Procedimentos encerrados, por outro lado, cresceu 12,1%, totalizando mais de 4,6 mil Pados. Ou seja, foram 3.455 processos abertos e 4.651 encerrados. Na política de buscar outras alternativas, além da simples punição pecuniária. E razão para isto é, entre outras coisas a baixar resolutividade desta punição

Segundo o seu relatório, foram aplicadas desde 2006 até hoje multas que somaram R$ 4,67 bilhões, mas só foram pagas um montante de R$ 800 milhões.

Em 2014, a Anatel constituiu 2,7 mil multas que somaram R$ 468,9 milhões. Em termos físicos, houve aumento de 14,8% em relação ao ano anterior; do ponto de vista financeiro, no entanto, o valor constituído foi 76,4% inferior, resultado da não aplicação de multas em decorrência das negociações relativas aos Termos de Ajustamento de Conduta.

Segundo a agência "como a maioria das metodologias utiliza a Receita Operacional Líquida (ROL) para o cálculo das multas, os grandes grupos econômicos participantes do TAC – Oi, Vivo, GVT, Algar, Sercomtel, Tim e Embratel – representam as maiores multas. Devido ao início das discussões sobre os Termos de Ajustamento de Conduta, os processos que estavam em apuração passaram a ser incluídos nessa negociação, o que causou a queda no montante de valores constituídos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/06/2015 - RBA

PL da Terceirização será debatido em audiência pública em São Paulo

Nesta segunda-feira (29), a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sediará audiência pública sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que libera a terceirização ilimitada, inclusive nas atividades-fim das empresas. O evento tem previsão de início para as 10h. No mesmo dia e horário, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) também faz audiência pública para debater o tema.

A audiência, que será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), integra uma agenda nacional promovida por aquela comissão de parlamentares, com o objetivo de dialogar com a população sobre as consequências que o PLC 30/15 pode acarretar para o conjunto da classe trabalhadora.

A iniciativa conta com apoio do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, integrado pela CUT e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entre outras organizações.

A primeira audiência foi realizada no dia 29 de maio, em Minas Gerais. Ontem (26), foi a vez da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Outros estados também integram o calendário nacional até o final de julho. Uma carta será redigida pelo Fórum, a partir das propostas surgidas nas audiências e nas plenárias livres a serem organizadas.

Centrais, federações e confederações sindicais destacam a importância da participação dos trabalhadores paulistas na audiência desta segunda-feira, na Alesp. "A sociedade tem de se apropriar desse tema porque se esse projeto passar será uma tragédia para os trabalhadores e para o país. Com o rebaixamento dos salários, a economia como um todo entra em crise", alerta a secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ivone Maria da Silva.

Atualmente, existem no Brasil mais de 12 milhões de terceirizados – 26,8% do mercado formal de trabalho. O estado de São Paulo é o que concentra o maior número de subcontratações – 4,1 milhões de trabalhadores (30,5%), quase um terço dos 9,5 milhões contratados diretamente (69,5%).

São trabalhadores sujeitos a salários menores, jornadas diárias ampliadas e, muitas vezes, em condições precárias de trabalho, o que acarreta inúmeros agravos à saúde e, até mesmo, óbitos.

"Se o PLC 30/15 for aprovado, haverá acirramento dessa situação, uma vez que estarão liberadas todas as formas de terceirização, inclusive das atividades principais das empresas, e até mesmo as quarteirizações, as quais atualmente são proibidas por lei. Trata-se de um aval para a total precarização do emprego no país, podendo resultar no aprofundamento das desigualdades no Brasil. Por isso a importância de conscientizarmos a sociedade e somarmos esforços contra esse ataque à classe trabalhadora", ressalta Luiz César de Freitas, o Alemão, presidente da Federação dos Bancários da CUT (Fetec-CUT).

No Rio

Na sexta-feira (26), o senador Paulo Paim presidiu a audiência na Alerj , contra a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 30/15 sobre a terceirização, que já passou na Câmara dos Deputados (onde era o PL 4330), e está agora no Senado.

Na opinião de Paim – informa o portal do Sindicato dos Bancários do Rio – se o projeto passar no Senado, as atividades-fim das empresas, que caracterizam organização profissional dos trabalhadores, vão cair por terra e "avacalhar, anarquizar o mundo do trabalho". Na visão dos sindicalistas e de representantes do poder Judiciário, se a terceirização for aprovada, as consequências serão a redução drástica dos direitos trabalhistas e aumento dos acidentes de trabalhos. As estatísticas mostram dados absurdos: há setores que, de cada cinco acidentados, quatro são terceirizados).

Durante a audiência foi ressaltado também o possível colapso da Justiça do Trabalho em seu papel de resguardar os direitos dos trabalhadores, tanto pelo volume de ações que deverão ser impetradas por trabalhadores que se sentirem lesados em seus direitos, quando pela falta de patrimônio e de liquidez das empresas terceirizadas, que podem não ter recursos para pagar uma ação coletiva ou individual.

Institucionalização

Na audiência, organizada pelo Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, vários oradores insistiram no fato de que 90% do trabalho escravo hoje existente ocorrem em empresas terceirizadas. Uma consequência bastante temida da liberação irrestrita da terceirização é a institucionalização do trabalho escravo.

O mais grave, porém, é a questão salarial. Foi lembrado na audiência que os terceirizados recebem remuneração até 70% inferior à dos trabalhadores diretos. Essa situação ficará estabelecida como norma, caso o projeto de terceirização passe no Senado e vem num momento em que cresce a luta de muitas categorias profissionais pelo respeito ao princípio da isonomia, em que funções similares devem ser receber a mesma remuneração.

26/06/2015 - RBA

Ministros do Mercosul aprovam declaração contra tráfico de pessoas e trabalho escravo

Ministros dos cinco países comprometeram-se a implementar políticas regionais para prevenção, combate e reinserção das vítimas desses crimes no mercado de trabalho

Ministros do Trabalho do Mercosul (Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai) reuniram-se hoje (26) em Brasília para discutir ações integradas relacionados a questões trabalhistas que levem a acordos regionais, envolvendo governos, sindicatos e, ao mesmo tempo, empresas que atuem na América Latina. Eles trataram dos preparativos para a reunião de cúpula do Mercosul a ser realizada em julho, em Brasília, mas o objetivo é que as ações levem a um documento para formalizar as parcerias até lá.

Dentre os itens da pauta, destacaram-se negociações sobre acordos coletivos, situação de trabalho de imigrantes, tráfico de pessoas e trabalho infantil. Foram assinados hoje dois documentos: o primeiro, uma declaração contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo na região coberta pelo Mercosul. O segundo, a minuta da chamada "declaração sociolaboral" que será examinada no próximo encontro do bloco e que, ao final, terá a assinatura dos presidentes de todos os países signatários.

Participam os ministros Manoel Dias (Brasil), Ernesto Murro (Uruguai), Guillermo Sosa (Paraguai), Júlio Rosales (Argentina) e Nestor Ovalles (Venezuela). De acordo com Dias, uma das ideias diz respeito à possibilidade de serem realizados acordos coletivos de caráter regional, em casos que envolvam grandes setores, como a indústria automobilística ou de metalurgia, por exemplo.

Sendo assim, questões como reajustes salariais, condições de trabalho, carga horária, definição de férias coletivas ou horas extras passariam a ser negociadas não apenas dentro de um só país, mas também com a participação de sindicatos de todo o Mercosul.

"Um acordo fechado por sindicato de metalúrgicos com as empresas no Brasil pode ter a participação de sindicatos dos outros países, e vice-versa", explicou o ministro, ao acrescentar que, dessa forma, o poder dos sindicatos, bem como sua capacidade de negociação, ficarão fortalecidos.

Políticas regionais

Já em relação às ações conjuntas contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, os ministros dos cinco países comprometeram-se a implementar políticas regionais para prevenção, combate e reinserção das vítimas desses crimes no mercado de trabalho. E no tocante à declaração sociolaboral, cuja minuta está sendo elaborada, um dos destaques que estão sendo tratados é o aspecto laboral de empresas sustentáveis e direitos fundamentais dos trabalhadores, conforme contou o ministro do Uruguai, Ernesto Murro. Segundo ele, a atual declaração foi assinada em 1998 e precisa de atualização. "O novo documento trará uma grande evolução para os trabalhadores do Mercosul e suas famílias", acentuou.

A proposta discutida hoje aborda ações para temas como trabalho decente, combate a qualquer tipo de discriminação no trabalho, igualdade de oportunidades para homens, mulheres e deficientes, migração de trabalhadores e migração de trabalhadores e a erradicação definitiva do trabalho forçado e do infantil na região.

Para o ministro-titular do Trabalho e Seguridade Social do Paraguai, Guilhermo Sosa, o grupo também tratou das ações para um plano estratégico voltado para o trabalho decente, com políticas públicas que possam ser adotadas por todos os países do bloco. "São iniciativas que ofereçam condições para nosso crescimento enquanto seres humanos dentro do processo de proteção e evolução laboral", afirmou.

Ao abrir a conversa dos ministros com os jornalistas, Manoel Dias ressaltou que a iniciativa em curso corresponde num esforço feito pelos países do bloco para aprofundar a luta pela promoção de emprego na região do Cone Sul, considerado "elemento central na luta para erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais em todos estes países". Dias citou, ainda, o momento econômico internacional, que classificou como difícil. Lembrou a importância das ações a serem traçadas, "justamente pelas dificuldades de se manter a capacidade de crescimento dos países", destacou.

Ajuste fiscal

O ministro brasileiro também falou sobre o ajuste fiscal e demonstrou otimismo em relação à economia brasileira. Disse que "as coisas vão melhorar", lembrou acordos que estão sendo feitos para atenuar crises em indústrias de peso significativo para o mercado formal de trabalho e afirmou que a expectativa é de as dificuldades observadas nos últimos tempos ficarem equilibradas até setembro.

Um destes casos, exemplificou, diz respeito à indústria automobilística, que passa por um problema de excedente de estoques. "Um país que inaugura quatro montadoras em um ano não pode estar em crise, quem está em crise é o mundo. Aqui vivemos um período de dificuldades, mas que serão superadas agora no segundo semestre", acentuou.

Quanto a investimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que estão previstos para este ano (da ordem de R$ 130 bilhões), o ministro afirmou que, deste montante, R$ 76 bilhões estão destinados para a construção de residências para a população da baixa renda, R$ 6 bilhões para a faixa de financiamento específica, criada para os trabalhadores que contribuem para o fundo, R$ 10 bilhões para o BNDES, R$ 12 bilhões para o saneamento básico. Outros R$ 11 bilhões para obras de mobilidade urbana e R$ 10 bilhões para o fundo de investimento do FGTS (FI-FGTS).

A próxima reunião do Mercosul, quando todas as propostas acordadas serão tratadas e formalizadas – e contará com a participação de presidentes de todos os países que integram o bloco – está programada para 17 de julho, também em Brasília.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/06/2015 - Carta Capital

FMI: 'Aumento da desigualdade reduz crescimento econômico'

Estudo contesta a ideia de que o enriquecimento dos mais ricos contagiaria o resto da sociedade e defende políticas de distribuição de renda para retomar crescimento

Um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em 1º junho, afirma que o aumento da desigualdade social tem impacto negativo sobre a economia mundial. O documento, intitulado Causas e consequências da desigualdade de renda em uma perspectiva global, foi escrito por cinco economistas do Departamento de Política Estratégica e Revisão do FMI, e sugere a adoção de políticas de distribuição de renda, como programas assistenciais e impostos sobre grandes fortunas, como forma de garantir um crescimento sustentável.

"A desigualdade é uma das questões que define nosso tempo e é algo que muitos parlamentares ao redor do mundo se preocupam", explica Kalpana Kochhar, uma das economistas envolvidas no estudo. "[A desigualdade] pode concentrar poder político e econômico nas mãos de poucos ricos e ter implicações significantes para o desenvolvimento e para a macroestabilidade econômica", completa.

A análise do FMI chega em um momento propício. De acordo com as previsões da ONG britânica Oxfam, espera-se que, em 2016, as 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial terão mais dinheiro do que os outros 99% juntos. A preocupação em torno do crescimento da desigualdade é tão disseminada que até o Papa Francisco já chamou atenção para o fenômeno, denominado por ele de "exclusão econômica".

Diante disso, as conclusões do estudo seguem uma lógica simples, mas que vai contra o que o próprio Fundo Monetário e países desenvolvidos defendem. Segundo o documento, em vez de concentrar esforços em medidas de austeridade, cujos efeitos prejudicam os setores mais vulneráveis da sociedade, o caminho para o mundo voltar a crescer estaria nas mãos dos pobres e da classe média.

"Os pobres e a classe média tendem a consumir mais do que a sua renda. Em contraste, os muitos ricos tendem a guardar boa parte de sua renda, ou seja, não contribuem para o crescimento", afirma Kochhar. Com isso, a privação da capacidade de famílias de classe média e de baixa renda de consumirem afeta o consumo, o que resulta em um baixo crescimento econômico.

Além disso, o estudo desmistifica o chamado trickledown, conceito neoliberal popularizado nos Estados Unidos e no Reino Unido pelos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. O trickledown consiste na ideia de que se a camada mais rica da sociedade enriquecer, esse crescimento será distribuído, de forma gradativa, para todos os setores da sociedade. "Se a fatia de riqueza dos 20% mais ricos crescer 1%, o PIB global é, na verdade, mais baixo. Ou seja, os benefícios não são distribuídos em uma reação em cadeia das camadas mais ricas para as mais pobres. Na verdade, eles afetam o crescimento global", afirma Era Dabla-Norris, outra das autoras do estudo.

"Por outro lado, um crescimento similar na parcela de renda dos 20% mais pobres está associado a cerca de 0.4% de crescimento nos próximos quatro anos. Isso significa que uma parcela maior de riqueza nas camadas pobres e na baixa classe média tem efeitos positivos no sentido econômico", completa.

O estudo também sugere que um período prolongado de altas desigualdades em economias desenvolvidas estaria associado a crises econômicas globais, uma vez que lobistas pressionavam por diminuir a influência dos estados na regulação da economia. Além disso, a desigualdade econômica também aumenta os conflitos sociais e contribui para ondas de protestos nos países.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Segundo as pesquisadoras, os países da América Latina, entre eles o Brasil, podem apontar um caminho para fora da crise. "Em geral, a desigualdade tem crescido em todo o mundo, exceto em alguns países latino-americanos. Há algumas razões para isso: esses países sofreram uma desigualdade tão alta ao longo do tempo, eles estão trabalhando melhor em redistribuição de renda, via políticas sociais e transferência de renda", diz. "Outra razão é a queda da diferença de salários entre aqueles que são tidos como mão-de-obra qualificada e os que não", afirmam.

O papel da globalização

As causas do aumento da desigualdade, segundo o estudo, residem em dois elementos que sempre foram vistos como benéficos para a sociedade: a globalização e a tecnologia. "O problema é que a globalização e o avanço tecnológico mudaram a natureza do trabalho que as pessoas têm. Por isso, estar preparado para o trabalho, como era há duas décadas, não é o suficiente. E o que acontece é que o sistema educacional e o acesso a ele não estão acompanhando o que é exigido em um mundo mais global e tecnológico", afirma a economista, Era Dabla-Norris.

Por conta disso, uma geração inteira de pessoas pode não encontrar espaço no mercado de trabalho e se ver obrigada a regressar à escola aos 40 anos. "Existe um padrão geral de que o avanço tecnológico tornou muitas profissões obsoletas e isso tem um papel muito importante na desigualdade de salários entre pessoas qualificadas e não-qualificadas, principalmente em economias desenvolvidas", explica Kochhar.

Por isso, a educação tem um papel chave na redução de desigualdades. "[A educação é fundamental] para acelerar a produtividade e lidar com os desafios dos avanços tecnológicos e da globalização. Também é importante ter legislações trabalhistas e de mercado bem formuladas que não penalizem os pobres e a classe média porque, no fim, aumentar a renda dos pobres e da classe média é bom para o crescimento", defende Norris.

A redução das desigualdades passa por políticas públicas e acesso a serviços públicos